

Grande ABC espera há oito anos por resposta sobre Cross Regional

Projeto sobre regulação da saúde na região foi enviado entre 2017 e 2018 ao governo estadual

ANGÉLICA RICHERT
angelicarichert@iglobo.com.br

A implementação da Cross (Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde) Regional, que ganhou força este ano com a posse dos novos prefeitos em janeiro, é uma pauta discutida no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC há mais de dez anos. Uma das principais reclamações dos prefeitos que integram o consórcio desde sua criação é a forma como o governo do Estado faz a gestão verticalizada da regulação dos serviços de saúde. Entre 2017 e 2018, foi feito um esboço do que seria a Central de Regulação Regional. O Consórcio Intermunicipal destacou que o documento foi encaminhado ao governo estadual à época e que ainda aguarda resposta oficial.

O colegiado afirmou ao *Diário* que, em 2024, uma comissão do Grande ABC, composta por prefeitos, secretários municipais de saúde, e o secretário-executivo do Consórcio, Aroldo da Silva, participou de reunião com a secretária-executiva da Pasta estadual, Priscilla Reimisch Perdicaris, para apresentar uma série de demandas registradas do setor, incluindo a implementação da regulação regional. O encontro também não trouxe avanços, até o momento, à proposta da entidade.

A ideia é que haja intercâmbio de vagas ociosas entre as sete cidades da região, sem que haja a necessidade de os pacientes se deslocarem para fora do Grande ABC a fim de receber atendimento. Segundo informações obtidas pela reportagem, alguns municípios da região têm condições de ofertar atendimento para as cidades vizinhas, porque a capacidade é superior à demanda atual. A regulação regional facilitaria esse processo, o qual deixaria de passar pela central estadual. A Baixada Santista é exemplo positivo de que o serviço de regulação local agiliza e qualifica os atendimentos.

"O projeto busca garantir a integralidade do atendimento, a redução do tempo de espera, o melhor atendimento na urgência e emergência, a redução das filas para exames e cirurgias, o melhor aproveitamento dos recursos financeiros dos equipamentos de saúde da região, entre outros benefícios para a população", disse o colegiado de prefeitos do Grande ABC.

Entretanto, a implementação da Cross Regional necessita do apoio estadual, tanto em termos financeiros, quanto operacionais, pois os serviços municipais não são suficientes para atender toda a demanda da região sem o Estado, responsável pela média e alta complexidade. Hoje o Estado mantém dois complexos hospitalares no Grande ABC, o Mário Covas, em Santo André, e o Serraria, em Diadema.

Segundo o Consórcio, uma das reivindicações dos municí-

pios é que a Tabela SUS (Sistema Único de Saúde) Paulista inclua os hospitais municipais no processo de expansão de serviços estaduais. "A medida já permitiria a ampliação do atendimento e a redução de filas", pontua o colegiado.

As prefeituras da região se colocam à disposição para lutar pelo projeto junto ao governo do Estado. A gestão de São Caetano afirmou que "a Cross Regional representa um importante avanço para a organização da Rede de Atenção à Saúde no Grande ABC, ao propor um modelo transparente, integrado e solidário

de regulação entre os municípios e os equipamentos estaduais da região".

A Secretária de Saúde de São Bernardo destacou que vê com bons olhos e apoia a iniciativa. "Vai permitir que a integração dos serviços seja facilitada, o que vai trazer um benefício de assistência para toda a população da região e de São Bernardo. A administração municipal se coloca à disposição para colaborar neste processo", disse.

Para a Prefeitura de Diadema, a implementação do sistema "traria muito mais agilidade nas transferências inter-hospitalares entre os serviços municipais e estaduais e, no ambulatório, evitaria a distribuição de recurso em outras re-

giões de saúde, tal como, paciente realizar caeterismo em Osasco sendo que poderia realizá-lo em Santo André".

O governo de Mauá, por sua vez, afirmou que a participação da Secretaria de Estado da Saúde é fundamental para a criação da Cross Regional, pois "traria ferramentas capazes de ampliar o acesso da população aos serviços, conferindo maior celeridade aos atendimentos e garantindo o cuidado em tempo oportuno, com a consequente redução das filas de espera".

"O maior ganho será a iniciativa fortalecer o sistema regional com mais oferta de serviços e melhor distribuição dos recursos do Estado existentes no ABC, como os hospi-



CONSORCIO. Prefeitos são favoráveis à regulação regional da saúde

tais Mário Covas e Serraria e os AMEs de Santo André e Mauá, para as cidades e os cidadãos do próprio ABC. Caso contrário, o risco é sobrecarregar quem já faz mais com menos", afirmou a Prefeitura de Santo André.

Os próximos passos para a

implementação da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde Regional estão condicionados às orientações do governo do Estado. Atualmente, as centrais municipais de regulação dos serviços mantêm diálogo para casos de urgência e emergência.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3